

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE
PETRÓLEO S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e
consolidadas
Em 31 de dezembro de 2023

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas - método indireto

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas e Administradores da
Royal Fic Distribuidora de Derivados de Petróleo S.A.
São Paulo - SP

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Royal Fic Distribuidora de Derivados de Petróleo S.A. ("Companhia") identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos não conhecidos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas", as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Royal Fic Distribuidora de Derivados de Petróleo S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exclusão de ICMS da base de cálculo do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - Reconhecimento extemporâneo do ganho com o crédito tributário, Compensação sem a devida habilitação e ausência de reconhecimento tempestivo dos efeitos correlatos sobre o ganho com o crédito tributário

Conforme descrito nas Notas Explicativas nºs 7, 16 e 23 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em abril de 2019 a Companhia obteve decisão judicial transitada em julgado lhe concedendo o afastamento da exigência da inclusão do ICMS na base de cálculo da contribuição para o PIS e a COFINS, e lhe garantindo, dessa forma, o direito de solicitar a habilitação para compensação dos valores excedentes recolhidos para o período de 1998 a 2018, no entanto, a Administração da Companhia não reconheceu contabilmente a época em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas os referidos créditos tributários e seus demais efeitos, inclusive tributários, além disso, a Administração da Companhia realizou compensações dos referidos créditos com débitos correntes de Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), PIS e da COFINS no montante de R\$ 69.460 mil durante o exercício de 2022 sem a devida habilitação da Receita Federal do Brasil (RFB) e o reconhecimento dos efeitos tributários sobre o ganho com o crédito tributário. Como desdobramento, a Companhia obteve durante o exercício de 2023 a habilitação pela RFB dos referidos créditos tributários oriundos da exclusão do ICMS da base de cálculo da contribuição para o PIS e a COFINS no montante de R\$ 198.025 mil, e considerando que já havia reconhecido o montante de R\$ 69.460 mil em 2022, reconheceu o residual no montante de R\$ 128.565 mil em 2023, no entanto, sem considerar os efeitos tributários sobre o ganho com o crédito tributário. Conseqüentemente, pelo não reconhecimento tempestivo do ganho com créditos tributários e seus respectivos efeitos, inclusive tributários, na oportunidade do trânsito em julgado, não nos foi possível, nas circunstâncias, estabelecer procedimentos de auditoria, ainda que alternativos, para opinar sobre os saldos destas rubricas e possíveis efeitos desses assuntos sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas findas em 31 de dezembro de 2023 para que estejam de acordo com a NBC TG 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e com a NBC TG 23(R1) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e legislação tributária.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós, com relatório datado em 27 de abril de 2023 contendo opinião com modificações quanto ao assunto apresentado no parágrafo "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas" e sobre ausência de evidência de realização de contas a receber. Como fato do exercício corrente, o último assunto foi submetido a procedimentos de auditoria, e não foram identificados impactos materiais neste conjunto completo de demonstrações contábeis individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Nossa opinião não está sendo modificada em função desse assunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e sua controlada continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso desta base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 17 de abril de 2024.

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio Líquido	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022			31/12/2023	31/12/2022		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	14.737	8.445	14.737	8.926	Empréstimos e financiamentos	14	168.483	40.934	168.474	40.934
Contas a receber	5	178.161	133.452	156.745	103.858	Fornecedores - convênio	14	63.739	41.345	63.739	41.345
Estoques	6	456.729	140.624	456.742	140.690	Fornecedores	15	212.179	42.883	212.192	42.929
Impostos a recuperar	7	104.209	96.521	104.214	96.830	Salários, férias e encargos a pagar		4.199	3.301	4.207	3.309
Adiantamentos a fornecedores	8	121.027	13.527	121.027	13.527	Impostos e contribuições a recolher e parcelamentos	16	76.522	144.580	76.586	145.027
Outros créditos	9	2.974	3.818	2.974	3.818	Adiantamentos de clientes		47.104	6.035	47.114	6.118
		877.836	396.387	856.439	367.650	Provisão para patrimônio líquido negativo de controlada	17	21.725	21.495	8	-
						Dividendos a pagar	19	85.823	17.342	85.823	17.342
						Outras contas a pagar		24.748	15.771	24.748	15.773
								704.521	333.686	682.892	312.776
Não circulante						Não circulante					
Contas a receber	5	27.782	27.782	27.782	27.782	Empréstimos e financiamentos	14	4.019	3.333	4.019	3.333
Impostos a recuperar	7	13.675	42.896	13.675	42.896	Partes relacionadas	10	-	21.559	-	14.515
Partes relacionadas	10	22.193	52.509	22.193	53.147	Impostos e contribuições a recolher e parcelamentos	16	19.752	26.008	19.984	26.130
Depósitos judiciais	18	27.534	9.859	27.610	9.935	Provisão para demandas judiciais	18	21.790	8.276	22.009	8.281
Tributos diferidos	12	15.975	18.717	15.975	18.717			45.561	59.176	46.012	52.260
Outros créditos	9	2.655	2.682	2.655	2.682	Patrimônio líquido	19				
Imobilizado	13	97.812	85.177	97.841	85.557	Capital social		50.000	5.739	50.000	5.739
Intangível		1.051	499	1.056	206	Reserva de lucros		286.429	237.905	286.429	237.905
		208.675	240.120	208.785	240.922			336.429	243.644	336.429	243.644
						Participação de acionistas não controladores		-	-	(108)	(109)
								336.429	243.644	336.321	243.535
Total do ativo		1.086.511	636.507	1.065.224	608.572	Total do passivo e patrimônio líquido		1.086.511	636.507	1.065.224	608.572

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis individuais e consolidadas.

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	20	9.125.193	7.650.251	9.124.322	7.648.762
Custo dos produtos vendidos	21	(8.788.807)	(7.381.192)	(8.787.633)	(7.378.710)
Lucro bruto		336.385	269.060	336.689	270.051
(Despesas)/receitas operacionais					
Despesas com vendas	21	(13.616)	(6.174)	(13.616)	(6.174)
Despesas administrativas e gerais	21	(82.233)	(63.836)	(82.794)	(64.929)
Resultado de equivalência patrimonial	17	(222)	3.068	-	-
Outras receitas operacionais, líquidas	22	13.751	42.976	14.135	47.014
		(82.320)	(23.965)	(82.275)	(24.089)
Resultado antes das receitas financeiras		254.065	245.094	254.414	245.963
Receitas financeiras	23	141.988	3.214	142.060	3.314
Despesas financeiras	23	(52.232)	(42.863)	(52.249)	(42.872)
Variações monetárias	23	(3.268)	(15.259)	(3.379)	(15.269)
		86.487	(54.907)	86.432	(54.828)
Lucro antes dos tributos		340.553	190.187	340.846	191.134
Imposto de Renda e Contribuição Social					
Corrente	12a	(67.786)	(38.976)	(67.861)	(39.924)
Diferido	12b	(2.742)	31.752	(2.742)	31.752
Lucro líquido do exercício		270.025	182.962	270.243	182.962
Resultado líquido do exercício atribuído aos					
Acionistas não controladores		-	-	1	3
Acionistas controladores		270.025	182.962	270.024	182.959
Lucro líquido do exercício		270.025	182.962	270.025	182.962

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis individuais e consolidadas.

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	270.025	182.962	270.025	182.962
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes	-	-	-	-
	<u>270.025</u>	<u>182.962</u>	<u>270.025</u>	<u>182.962</u>
Resultado atribuível aos acionistas controladores	-	-	270.024	182.959
Resultado atribuível aos acionistas não controladores	-	-	1	3
Resultado abrangente do exercício	<u>270.025</u>	<u>182.962</u>	<u>270.025</u>	<u>182.962</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis individuais e consolidadas.

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros			Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	Total	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reservas de lucros	Reserva legal				
Saldos em 31 de dezembro de 2021	5.739	99.536	1.148	-	106.423	(162)	106.261
Lucro líquido do exercício	-	-	-	182.962	182.962	53	183.015
Destinações							
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	-	-	-	-
Constituição dos dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(45.741)	(45.741)	-	(45.741)
Constituição de reserva de lucros	-	137.221	-	(137.221)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	5.739	236.757	1.148	-	243.644	(109)	243.535
Distribuição de dividendos complementares	-	(111.947)	-	-	(111.947)	-	(111.947)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	270.025	270.025	1	270.026
Aumento de capital	44.261	(44.261)	-	-	-	-	-
Destinações							
Constituição de reserva legal	-	-	8.852	(8.852)	-	-	-
Constituição dos dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(65.293)	(65.293)	-	65.293
Constituição de reserva de lucros	-	195.880	-	(195.880)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	50.000	276.429	10.000	-	336.429	(108)	336.321

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis individuais e consolidadas.

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas Semestres findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes dos tributos	340.553	190.187	340.846	191.134
Receitas/(despesas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa				
Depreciação e amortização	4.816	5.534	4.468	6.065
Constituição de provisão para perdas com investimentos	222	(10.710)	-	-
(Reversão)/Constituição de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	(27)	-	(27)	-
Constituição/(reversão) de provisão para perdas com adiantamentos a fornecedores	(15)	(1.569)	(15)	(1.569)
Constituição de provisão para demandas judiciais	13.514	1.344	13.727	1.205
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos a realizar	212	240	212	242
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	41.036	-	41.036
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(67.786)	(38.976)	(67.861)	(39.924)
Participação de não controladores	-	-	-	38
Variações em ativos e passivos				
Contas a receber	(44.682)	(31.952)	(52.859)	(35.381)
Estoques	(316.106)	(44.036)	(316.053)	(44.050)
Impostos a recuperar	21.533	(75.382)	21.838	(75.654)
Adiantamento para fornecedores	(107.485)	4.343	(107.485)	4.343
Partes relacionadas	8.757	(13.915)	16.439	(21.599)
Depósitos judiciais	(17.675)	747	(17.675)	737
Outros créditos	872	1.924	653	1.925
Fornecedores	169.296	21.280	169.263	21.304
Salários, férias e encargos a pagar	898	356	898	354
Impostos e contribuições a recolher e parcelamento	(74.315)	34.591	(74.587)	34.822
Adiantamento de clientes	41.069	(7.239)	40.996	(7.182)
Outras obrigações	8.977	14.912	8.974	14.914
Caixa líquido (usado)/gerado das atividades operacionais	(17.369)	92.715	(18.245)	92.760
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de ativo imobilizado	(22.037)	(9.642)	(22.037)	(9.695)
Aquisição/(baixas) de intangível	2.411	(209)	2.411	(492)
Baixa do imobilizado	1.622	1.144	2.024	1.908
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(18.004)	(8.707)	(17.602)	(8.280)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	(108.759)	(47.192)	(108.759)	(47.192)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(568.131)	(420.937)	(568.139)	(420.937)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(20.041)	(13.145)	(20.041)	(13.138)
Captação de empréstimos e financiamentos	738.595	380.562	738.597	380.562
Caixa líquido gerado/(usado) nas atividades de financiamentos	41.664	(100.711)	41.658	(100.705)
Aumento líquido/(diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	6.291	(16.705)	5.811	(16.225)
Demonstração das variações do caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa no início de exercício	8.445	25.150	8.926	25.151
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	14.737	8.445	14.737	8.926
Aumento líquido/(diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	6.291	(16.705)	5.811	(16.225)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis individuais e consolidadas.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Royal FIC Distribuidora de Derivados de Petróleo S.A. (“Companhia”) tem como objeto social a distribuição de derivados de petróleo para postos de combustíveis e grandes consumidores finais de todo o Brasil, oferecendo produtos regulamentados assegurados pela Agência Nacional de Petróleo - ANP. A capacidade atual de armazenamento é de aproximadamente 57 milhões de litros de combustível, distribuídos em 27 bases localizadas em diversos estados do Brasil, das quais 7 são próprias (quatro primárias, em Paulínia/SP, Ribeirão Preto/SP, Senador Canedo/GO e Betim/MG, e três secundárias em Cuiabá/MT, Campo Grande/MS e São Gonçalo do Sapucaí/MG), e 21 filiais divididas entre bases de distribuição nacional de terceiros, que são utilizadas para distribuição dos produtos da Companhia e escritórios comerciais, localizados em Campinas/SP, Bauru/SP, São José dos Campos/SP, Guarulhos/SP, Tliq-Guarulhos, São Paulo, Itajaí/SC, Uberlândia/MG, Uberaba/MG, Araucária/PR, São Francisco do Conde/BA, Jequié/BA, Esteio/RS, Sinop/MT, Rondonópolis/MT, Ipojuca/PE, Itabuna/BA, Itaqui - MA; Porto Nacional/TO e Luis Eduardo Magalhães/BA.

A Administração da Companhia, buscando a continuidade e o crescimento exponencial de suas operações e de seus negócios, tem um plano de controle das despesas, otimização dos custos e crescimento do volume de vendas, por meio da implantação de uma estratégia de vendas que inclui a entrada em novos mercados, entrada de produto importado, regionalização de clientes, equipes de vendas externas, aplicação de tecnologia da informação, planejamento tributário e melhoria de processos comerciais.

1.1. Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e sua controlada em continuarem operando em um futuro previsível e concluiu que tem a capacidade de manter suas operações e sistemas funcionando normalmente. Assim, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade da Companhia e sua controlada continuarem operando e as demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 17 de abril de 2024.

2. Resumo das principais políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis consolidadas estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

a. Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as políticas contábeis materiais adotadas no Brasil, com base nas disposições da lei das Sociedades por Ações, considerando as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos contábeis (CPC) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

(i) Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas conforme as políticas contábeis materiais adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

(ii) Demonstrações contábeis consolidadas

As Demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as políticas contábeis materiais adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são publicadas juntas com as Demonstrações contábeis individuais.

(iii) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

a) Alteração na Norma IFRS 17/CPC 50 - contratos de seguros

A IFRS 17 foi emitida pelo IASB em 2017 e substitui a IFRS 4 para o período de relatório iniciado em ou após 1º de janeiro de 2023.

A IFRS 17 introduz uma abordagem internacionalmente consistente para a contabilização de contratos de seguro. Antes da IFRS 17, existia uma diversidade significativa em todo o mundo em relação à contabilização e divulgação de contratos de seguros.

Dado que a IFRS 17 se aplica a todos os contratos de seguro emitidos por uma entidade (com exclusões de âmbito limitado), a sua adoção pode ter um efeito em não seguradoras, como a Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas efetuaram uma avaliação dos seus contratos e operações e concluiu que a adoção da IFRS 17 não teve qualquer efeito nas suas demonstrações contábeis anuais consolidadas.

b) Alteração na Norma IAS 1/CPC 26 (R1) - apresentação das demonstrações contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 1, que visam tornar as divulgações de políticas contábeis mais informativas, substituindo o requisito de divulgar “práticas contábeis significativas” por “políticas contábeis materiais”. As alterações também fornecem orientação sobre as circunstâncias em que a informação sobre política contábil é suscetível de ser considerada material e, portanto, requerendo divulgação.

Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis.

i. Alteração na Norma IAS 12/CPC 32 - tributos sobre o lucro

ii. Imposto diferido relacionado com ativos e passivos decorrentes de uma única transação

Em maio de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 12, com esclarecimentos sobre a isenção de reconhecimento inicial para certas transações que resultam tanto em um ativo como um passivo sendo reconhecido simultaneamente (por exemplo, um arrendamento no âmbito da IFRS 16). As alterações esclarecem que a isenção não se aplica ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo que, no momento da transação, gere diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. Estas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis anuais consolidadas da Companhia.

iii. Alteração na Norma IAS 8/CPC 23 - políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erros

As alterações à IAS 8, que adicionaram a definição de estimativas contábeis, esclarece que os efeitos de uma alteração em uma informação ou técnica de mensuração são alterações nas estimativas contábeis, a menos que resultem da correção de erros de períodos anteriores. Estas alterações esclarecem a forma como as entidades fazem a distinção entre alterações nas estimativas contábeis, alterações na política contábil e erros de períodos anteriores.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Essas alterações não tiveram efeitos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

- b. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2023

Para as seguintes normas ou alterações a Diretoria ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, a saber:

- a) Alterações na Norma IFRS 16/CPC 06 (R2): acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback*, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024;
- b) Alterações na Norma IAS 1/CPC 26 (R1): esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024;
- c) Alterações na Norma IAS 1/CPC 26 (R1): esclarece que apenas *covenants* a serem cumpridos em ou antes do final do período do relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024;
- d) Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1): esclarece entidade deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com informações que permitem aos usuários das demonstrações contábeis avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024; e
- e) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2): exigem a divulgação de informações que permitam aos utilizadores das demonstrações contábeis compreender o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025.

Atualmente, a Administração da Companhia e de sua controlada estão avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. A Administração da Companhia e sua controlada avaliarão o impacto das alterações finais à IAS 1 na classificação de seus passivos uma vez que as mesmas são emitidas pelo IASB.

- c. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Instrumentos financeiros - mensurados a valor justo por meio do resultado;

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

- Contingências; e
- Investimentos.

d. Uso de julgamentos e estimativas

i) Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas emitidas pelo CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis materiais e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

ii) Estimativas e premissas

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais premissas da Companhia relativas às fontes de incerteza em virtude das quais estimativas futuras podem resultar em valores diferentes após a liquidação são apresentadas a seguir:

Nota Explicativa nº 5 - Perda Esperada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)

A Companhia avalia na data de cada balanço patrimonial se há alguma evidência objetiva de que um ativo financeiro da classe de recebíveis é passível de provisão para perda por redução ao valor recuperável. Para definir se há uma prova objetiva de perda por redução ao valor recuperável, a Companhia considera fatores como a probabilidade de insolvência ou dificuldades financeiras substanciais do devedor e inadimplemento ou atraso substancial nos pagamentos. Quando há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável, o valor e o momento do fluxo de caixa futuro são estimados com base na experiência de prejuízos históricos de ativos com características de risco de crédito similares. A política vigente na Companhia e aprovada pela administração é de constituir a provisão de perda estimada com crédito de liquidação duvidosa baseada na correlação do histórico da Receita Bruta com as perdas lançadas nos últimos 3 anos, essa média é aplicada ao saldo dos clientes a receber na data base do fechamento do exercício.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Nota Explicativa nº12.b - realização do Imposto de Renda diferido

Impostos diferidos ativos são registrados quando é provável que haja fontes de receita tributáveis disponíveis futuramente para compensar o ativo fiscal diferido, considerando os prejuízos fiscais acumulados. Essas fontes incluem lucro tributável estimado com base nas projeções de resultados elaboradas com base nas premissas internas e cenários econômicos futuros previstos.

Nota Explicativa nº 13 - perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração avalia anualmente o valor contábil dos ativos para verificar eventos ou alterações econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar uma redução ou perda do seu valor recuperável.

Se forem identificadas tais evidências, e o valor contábil exceder o valor recuperável, uma provisão para perda por redução é então registrada, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de uma determinada unidade geradora de caixa é definido como o maior entre seu valor em uso e seu valor justo menos custos de vendas.

Na estimativa do valor em uso de um ativo, fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o setor no qual a unidade geradora de caixa opera.

Fluxos de caixa são derivados do orçamento dos cinco anos subsequentes e não incluem atividades de reestruturação para as quais a Companhia não esteja ainda compromissada ou investimentos substanciais futuros que possam melhorar a base de ativos da unidade geradora de caixa que está sendo testada. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto adotada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuro estimado e à taxa de crescimento utilizada.

A Companhia não possui ativos imobilizados que deva baixar ou alienar e que necessitem de constituição de provisão para desmontagem de ativos.

Nota Explicativa nº 13 - vida útil dos ativos imobilizados

Os ativos imobilizados são depreciados de forma linear durante a vida útil estimada dos bens. Mudanças no nível esperado de uso e desenvolvimentos tecnológicos podem causar impacto sobre a vida útil econômica e sobre os valores residuais desses ativos, portanto, valores de depreciação futuros podem ser revistos.

Nota Explicativa nº 18 - provisão para demandas judiciais

A Companhia reconhece a provisão para demandas judiciais relativas a riscos fiscais, trabalhistas e cíveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para considerarem alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação de transações envolvendo essas estimativas pode resultar em valores diferentes daqueles estimados, devido a incorreções inerentes ao seu processo de estimativa. A Companhia avalia suas estimativas e premissas ao menos uma vez ao ano.

Nota Explicativa nº 3.e - valor justo dos instrumentos financeiros

Quando o valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido no mercado ativo, determina-se usar técnicas de avaliação, inclusive o método de fluxo de caixa descontado. Os dados desses métodos se baseiam nos praticados no mercado, quando possível; no entanto, quando não for viável, determinado nível de julgamento é necessário para definir o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo de apresentação dos instrumentos financeiros.

e. Consolidação

i. Demonstrações contábeis consolidadas

As seguintes políticas contábeis materiais são aplicadas na elaboração das Demonstrações contábeis consolidadas.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

ii. Controladas

Controladas são todas as entidades cujas atividades financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e nas quais normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade. A controlada é totalmente consolidada a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Transações entre Companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre Companhias do Grupo são eliminados, quando aplicável. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Em 31 de dezembro 2023, as demonstrações contábeis consolidadas incluem a consolidação integral da controlada Petroviário Transportes Ltda., responsável pelos transportes dos produtos comercializados pela Companhia

iii. Demonstrações contábeis individuais

Nas Demonstrações contábeis individuais a controlada é contabilizada pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas Demonstrações contábeis individuais quanto nas Demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

f. Moeda funcional e moeda de apresentação

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações contábeis. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da entidade, foram convertidas pela taxa de câmbio na data em que as transações foram realizadas. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data-base das demonstrações contábeis.

Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

g. Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

h. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a perda esperada para créditos de liquidação de devedores duvidosos "PECLD" (*impairment*) (Nota 5). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

O valor justo das contas a receber de clientes registrado inicialmente é determinado pelo valor presente desses ativos calculado com base na taxa efetiva de juros das vendas a prazo. A referida taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

i. Ativos financeiros

Classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou (iii) valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no valor justo por meio de outros resultados abrangentes somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou mesmo ao valor justo por meio do resultado. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.

Valor recuperável (impairment) de ativos financeiros - ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo.

j. Passivos financeiros

Reconhecimento e mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos.

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo destes ativos. Custos de empréstimos são juros e outros custos em que a Companhia incorre em conexão com a captação de recursos.

Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

k. Estoque

Avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o valor realizável líquido. As provisões para perdas com estoques são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Se o valor de compra for maior do que o valor líquido realizável, é constituída uma provisão para perdas nos estoques.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados para a conclusão da venda.

l. Adiantamentos a fornecedores

Adiantamentos a fornecedores são realizados por meios dos pagamentos, atualizados com base nos índices médios de 2,6% ao mês. Estes adiantamentos são considerados como ativos não monetários e não derivativos e inicialmente reconhecidos a valor justo, registrados como ativo circulante e não circulante.

Os adiantamentos são liquidados com base nos recebimentos dos produtos adquiridos. Quando aplicável, uma provisão para perdas é registrada em um montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às perdas estimadas decorrentes da não entrega do produto.

A Companhia calcula a provisão com base em condições econômicas existentes e análise de conta específica dos fornecedores com risco de não entregarem o produto adquirido.

m. Arrendamentos

O CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A nova norma substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Administração avaliou que para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não tem impacto em suas demonstrações contábeis.

A Companhia e sua controlada aplicaram os seguintes expedientes práticos e isenções:

- i) Definição de contrato de arrendamento na transição: a Companhia e sua controlada aplicaram o CPC 06 (R2) a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2021 que foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R2);
- ii) Contratos de curto prazo ou com prazo remanescente em 1º de janeiro de 2021 igual ou inferior a 12 meses: a Companhia e sua controlada reconheceram os pagamentos de arrendamentos associados a estes arrendamentos como despesas em base linear ao longo do prazo destes;
- iii) Contratos para os quais os ativos subjacentes são de baixo valor: a Companhia e sua controlada reconheceram os pagamentos de arrendamentos associados a esses arrendamentos como despesas em base linear ao longo do prazo do arrendamento; e

- iv) Aplicou taxa de desconto única à carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares (tais como os arrendamentos com prazo de arrendamento remanescente similar para uma classe similar de ativo subjacente).

Adicionalmente, a Companhia e sua controlada são parte em determinados contratos com prazos indeterminados. Considerando que tanto o locador quanto o locatário têm o direito de cancelar o contrato a qualquer momento, com multa insignificante quando houver, a Companhia e sua controlada entendem que tais contratos estão fora do alcance do pronunciamento CPC 06 (R2), fazendo com que os pagamentos sejam reconhecidos como despesas operacionais, quando ocorrerem.

n. Imobilizado

Ativos imobilizados são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens (Nota Explicativa nº 13).

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

o. Intangíveis

A Companhia possui licenças de software e fundo de comércio como ativos intangíveis. Todos possuem vidas úteis definidas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

p. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. A capitalização dos custos de empréstimos se inicia quando as atividades para preparar o ativo para sua utilização desejada ou venda estão em andamento e os dispêndios e custos de empréstimos tenham incorrido. Todos os demais custos de empréstimos são registrados como despesa no período em que incorrem. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

q. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado, e é provável que benefícios econômicos sejam exigidos para liquidar a obrigação em montante que possa ser estimado de forma confiável.

i. Provisão para demandas judiciais

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a demanda e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas considerando alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados tampouco divulgados.

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

ii. Perda Esperada para Créditos de Liquidação Duvidosa ("PECLD")

A Perda Esperada para Créditos de Liquidação Duvidosa ("PECLD") é calculada com base na análise individual de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e a provisão são registradas para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

iii. Provisão para perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A cada encerramento das demonstrações contábeis, a Companhia avalia o valor contábil de ativos não financeiros para verificar eventos ou alterações nas circunstâncias econômicas e operacionais que possam indicar a perda no valor recuperável de um ativo. Se verificadas essas circunstâncias e o valor contábil exceder o valor recuperável, uma provisão para perda por redução do valor recuperável é então registrada, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo é o maior de: (a) o valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (b) o seu valor em uso. Valor em uso é o fluxo de caixa descontado (antes dos impostos) decorrente do uso contínuo do ativo até o fim de sua vida útil. Intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperabilidade de seus valores testada anualmente, independentemente da existência de indicativos de perda por redução ao valor recuperável.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é subsequentemente revertida, há um aumento no valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente na demonstração do resultado.

iv. Não-reconhecimento do ativo fiscal diferido (*Valuation Allowance*)

A mensuração inicial e subsequente do Imposto de Renda diferido é realizada quando é provável que um lucro tributável futuro estará disponível nos próximos anos para ser usado para fins de compensação, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização total, ou parcial, se o benefício fiscal é reconhecido integralmente.

v. Outras provisões

Provisões são registradas quando a Companhia tem uma obrigação legal ou implícita perante terceiros decorrente de um evento passado, e esta obrigação pode ser estimada de forma confiável, e quando é provável que uma saída de recursos representando benefícios econômicos será exigida na sua liquidação. Provisões são registradas de forma a refletir as melhores estimativas de valores exigidos para liquidar a obrigação ao final de cada período, considerando os riscos e incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base no fluxo de caixa estimado para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente daquele fluxo de caixa (quando o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for praticamente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

r. Provisão para créditos de descarbonização

A Companhia tem obrigações legais perante a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) relacionadas as metas anuais de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa, no âmbito da Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio). Estas metas, para fins de rateio das obrigações do ano corrente, se baseiam no volume de combustíveis fósseis comercializados pelos distribuidores de combustíveis (market-share) do ano anterior e são estabelecidas em unidades de Crédito de Descarbonização (CBIOS), que são ativos negociáveis e adquiridos no mercado externo. Cada C BIO equivale a uma tonelada de carbono.

As metas estabelecidas de cada ano são publicadas no site da ANP e para a Companhia foi estabelecida para o exercício de 2023 uma redução equivalente à quantidade de 406.382 CBIOS (414.391 CBIOS em 2022).

Os prazos de aposentadoria dos CBIOS de 2022 e 2023 foram respectivamente setembro de 2023 e março de 2024, porém neste momento Administração da Companhia discuti judicialmente as métricas de cálculo desta obrigação, inclusive impetrou mandado de segurança e depósito em juízo dos valores que entendem serem os apropriados para esta obrigação.

s. Benefícios a empregados

Os benefícios concedidos aos empregados e administradores da Companhia incluem remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social – INSS, FGTS, férias e 13º salário). Esses benefícios são registrados na demonstração do resultado, conforme são incorridas. Os benefícios de curto prazo a empregados são mensurados a valores não ajustados a valor presente, e são incorridos como despesas à medida que o serviço relacionado seja prestado.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

A Companhia não tem planos de benefícios de demissão para funcionários.

t. Reconhecimento de receita

i. Venda de produtos

A receita da Companhia deriva principalmente das vendas de combustíveis. As receitas decorrentes de venda de produtos são reconhecidas quando a entidade transfere ao comprador os riscos e benefícios significativos inerentes à propriedade dos produtos, quando a entrega foi realizada, quando não existe direito de retorno e os preços são mensuráveis na data da venda, e quando é provável que sejam gerados benefícios econômicos associados à transação em favor da Companhia.

Os preços de venda são fixados com base em ordens de compra ou contratos.

Existem várias outras condições adicionais para o reconhecimento da receita: que o recebimento das vendas seja razoavelmente assegurado baseado na experiência histórica e condições atuais do mercado, que o preço seja fixado ou determinável, e que não haja qualquer obrigação de cumprimento relacionado à venda.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

A receita é reconhecida líquida de descontos, benefícios comerciais concedidos e impostos sobre as vendas, tais como:

- Impostos indiretos federal - Contribuição Social sobre a Receita Bruta para o Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 7,6%, exceto nas operações de venda da gasolina e diesel, pois estas operações são isentas na saída. Na venda do etanol a Companhia se enquadra na regra prevista no Decreto nº 6.573/2008 artigo 2º II, que sofreu alteração pelos Decretos nos 7.997/2013, 8.164/2013, 9.101/2017 e 9.112/2017 cuja tributação foi fixada para cada metro cúbico em, R\$ 19,81 (dezenove Reais e oitenta e um centavos) para o PIS e R\$ 91,10 (Noventa e um Reais e dez centavos) para a COFINS e na compra de etanol a tributação foi fixada para cada metro cúbico em, R\$ 0,00 (zero) para o PIS e R\$0,00 (zero) para a COFINS. Porém a partir de 01 de dezembro de 2021 com a MP 1.063 convertida em Lei 14.292/2022 determina que na Venda da Gasolina C ou Aditivada a tributação foi fixada para cada metro cúbico em R\$ 23,38 (vinte e três reais e oito centavos) para o PIS e R\$ 107,52 (cento e sete reais e cinquenta e dois centavos) para COFINS sobre o percentual de anidro adicionado na mistura que equivale a 27%(vinte e sete por cento), podendo descontar os créditos relativos à aquisição de álcool anidro para adição à gasolina também com a tributação fixada para cada metro cubico em R\$23,38 (vinte e três reais e trinta e oito centavos) para o PIS e R\$ 107,52 (cento e sete reais e cinquenta e dois centavos) para a COFINS. No exercício de 2022 com a Lei Complementar 192 de 11 de março de 2022, no artigo 9, as alíquotas da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) ficam reduzidas a 0 (zero) até 31 de dezembro de 2022;
- Impostos indiretos estadual - Imposto sobre circulação de mercadorias (ICMS) - de 7% a 29%; e
- Os custos de frete e outros relacionados são classificados na Rubrica "Despesas de vendas" na demonstração do resultado.

ii. Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

u. Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente e diferido

Corrente

O Imposto de Renda corrente é o imposto a pagar esperado ou a recuperar/a ser compensado em relação ao lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício. Para computar o Imposto de Renda corrente e contribuição social sobre o lucro.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Impostos sobre a renda no Brasil compreendem o Imposto de Renda (25%) e contribuição social (9%), para entidades tributadas pelo regime de lucro real, cuja alíquota incide a 34%. Impostos diferidos para essas entidades são previstos para todas as diferenças temporárias de imposto na data do balanço entre as bases de cálculo dos ativos e passivos, e seus valores contábeis.

Imposto de Renda e contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando estiverem diretamente relacionados aos itens registrados diretamente ao patrimônio líquido ou à reserva de reavaliação que já estão reconhecidos líquidos dos efeitos fiscais, quando aplicáveis.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores registrados de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Seu reconhecimento ocorre na medida em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização total, ou parcial. Periodicamente, os valores contabilizados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária. Os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social acumulados não possuem prazo de prescrição, porém a sua compensação é limitada a 30% do montante do lucro tributável de cada exercício.

Caso a realização do imposto diferido ativo não seja provável, o saldo não é reconhecido. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reconheceu impostos diferidos ativos calculados sobre diferenças temporárias. A Companhia apresenta o saldo de imposto diferido líquido, apurado por entidade jurídica e mesma jurisdição.

v. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis da Companhia ao final do exercício, com base no Estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

3. Gestão de risco financeiro

a. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e risco com taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo.

(a) Risco de mercado

(i) Risco com taxas de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Considerando que a Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

(b) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios.

A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

(c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas políticas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Administração da Companhia.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Controladora			
Em 31 de dezembro de 2022			
Empréstimos e financiamentos	82.279	3.333	-
Fornecedores	42.883	-	-
Outras contas a pagar	15.768	-	-
Em 31 de dezembro de 2023			
Empréstimos e financiamentos	232.222	4.019	-
Fornecedores	212.179	-	-
Outras contas a pagar	24.743	-	-
Consolidado			
Em 31 de dezembro de 2022			
Empréstimos e financiamentos	82.279	3.333	-
Fornecedores	42.929	-	-
Outras contas a pagar	15.768	-	-
Em 31 de dezembro de 2023			
Empréstimos e financiamentos	168.474	4.019	-
Fornecedores	212.192	-	-
Outras contas a pagar	24.743	-	-

(d) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, podem ser assim sumarizados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Total dos empréstimos (Nota 15)	172.502	85.612	172.493	85.612
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(14.737)	(8.445)	(14.737)	(8.926)
Dívida líquida	157.765	77.167	157.756	76.687
Total do patrimônio líquido	336.433	243.644	336.433	243.644
Total do capital	494.198	320.812	494.189	320.331
Índice de alavancagem financeira - %	32%	24%	32%	24%

(e) Instrumentos financeiros por categoria

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos				
Valor justo por meio do resultado				
Caixa Equivalencia de caixa (Nota 5)	14.737	8.445	14.737	8.926
Empréstimo ao Custo amortizado				
Contas a receber (Nota 6)	205.942	161.233	184.526	131.640
Partes relacionadas (Nota 10)	22.193	52.509	22.193	53.147
Passivo				
Mensurados ao Custo amortizado				
Empréstimo e financiamentos (Nota 15)	236.241	85.612	236.232	85.612
Outros Passivos Financeiros				
Fornecedores (Nota 16)	212.179	42.883	212.192	42.929

Hierarquia de valor justo

A tabela a seguir apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, por níveis de hierarquia do valor justo. Utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

- Nível 2: *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis):

Controladora

	31/12/2022		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos circulantes			
Caixa e equivalentes de Caixa	2.682	-	-
Aplicações Financeiras	-	5.763	
Contas a Receber	161.234	-	-
	31/12/2023		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos circulantes			
Caixa e equivalentes de Caixa	4.402	-	-
Aplicações Financeiras	-	10.334	
Contas a Receber	205.943	-	-

Consolidado

	31/12/2022		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos circulantes			
Caixa e equivalentes de Caixa	3.163	-	-
Aplicações Financeiras	-	5.763	
Contas a Receber	131.640	-	-
	31/12/2023		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos circulantes			
Caixa e equivalentes de Caixa	4.403	-	-
Aplicações Financeiras	-	10.334	-
Contas a Receber	184.527	-	-

A Companhia em 2023 utilizou pontualmente uma operação de instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção da exposição às mudanças no valor justo de um item e a volatilidade de nosso mercado.

O instrumento contratado foi para a proteção de taxa de câmbio e commodities designados como hedge de valor justo, e teve como objetivo, transformar o custo do produto importado de fixo para variável até o momento da mistura do combustível, tal qual ocorre com o preço praticado em suas vendas. Pela imaterialidade da operação a Administração julgou apropriado apenas a breve divulgação.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco elevado. A Companhia realiza transações com instrumentos financeiros derivativos apenas com o objetivo de mitigar riscos relacionados à variação cambial e a variação do preço dos produtos vendidos.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

(f) Qualidade dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada, conforme segue:

- Caixa e equivalentes de caixa - a Companhia mantém os depósitos bancários em instituições financeiras reconhecidas;
- Contas a receber - referem-se, basicamente, a vendas para terceiros e partes relacionadas. O risco relativo a transações com partes relacionadas é considerado baixo. Com relação a vendas para terceiros, a Companhia possui procedimentos e controles para analisar o crédito dos clientes a cada transação de venda e determinar os limites de créditos concedidos aos seus clientes.

b. Análise dos instrumentos financeiros

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

O valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda é obtido por meio de preços de mercado cotados em mercados ativos, se houver.

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos, considerando os prazos de realização e liquidação desses saldos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais, futuros, pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

As taxas de juros efetivas nas datas dos balanços são os habituais no mercado e os seus valores justos não diferem significativamente dos saldos nos registros contábeis. As aplicações financeiras, representadas por aplicações em CDI e classificadas como empréstimos e recebíveis, foram avaliadas com base na taxa de remuneração contratada junto à respectiva instituição financeira, considerada como taxa habitual de mercado.

A classificação dos ativos e passivos financeiros na controladora é apresentada a seguir:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativo				
Caixa e equivalencia de caixa	14.737	14.737	8.445	8.445
Contas a receber e outros créditos	205.942	205.942	161.233	161.233
Partes relacionadas	22.193	22.193	30.950	30.950
Passivo				
Empréstimos e financiamentos	236.241	236.241	85.612	85.612

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa, banco conta movimento	4.403	2.682	4.403	3.163
Aplicações Financeiras	10.334	5.763	10.334	5.763
	<u>14.737</u>	<u>8.445</u>	<u>14.737</u>	<u>8.926</u>

Composto por caixa, contas bancárias e aplicações financeiras de liquidez imediata dentro de três meses ou menos e com risco imaterial de mudança em seu valor de mercado. Investimentos de curto prazo referem-se a operações de depósitos a prazo e de taxa de juros fixas vinculadas à taxa de Depósitos Interfinanceiros (DI) a 100%; e fundo de investimento refere-se a cotas de fundo de investimento, não exclusivas vinculadas a operações de valores mobiliários e financeiras com variação mensal indexada a Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com o objetivo de retornar à rentabilidade que varia de 96% a 110% do CDI. Esses investimentos são classificados como disponíveis para venda e são mensurados pelo seu valor justo por meio do resultado.

5. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
No país (i)	176.376	161.301	154.960	131.708
Partes relacionadas (Nota 10)	29.566	-	29.566	-
Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa	(40)	(68)	(40)	(68)
	<u>205.902</u>	<u>161.233</u>	<u>184.486</u>	<u>131.640</u>
Circulante	178.161	133.452	156.745	103.858
Não circulante	27.782	27.782	27.782	27.782
	<u>205.942</u>	<u>161.233</u>	<u>184.526</u>	<u>131.640</u>

- (i) Em 31 de dezembro de 2019, houve a assinatura do instrumento de comum acordo "confissão de dívida" com a usina Destilaria de Alcool Libra Ltda., onde houve o reconhecimento a receber o montante de R\$ 28 milhões, referente às operações de permutas "faturamento de diesel em troca de etanol" e adiantamentos em recursos a favor da usina, com expectativas de recebimento em etanol. O prazo estabelecido no instrumento para o recebimento desse montante é de 4 anos, com parcelas iniciais desde janeiro de 2020. Em janeiro de 2021 houve uma iniciativa de renegociação com a Usina, porém, até 31 de dezembro de 2023, não houve alteração no saldo a receber, portanto, inadimplente.

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

A exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações contábeis é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento. A lista de contas a receber por idade de vencimento é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo a vencer	133.446	93.933	133.446	94.026
Vencidas				
De 1 a 30 dias	3.451	21.537	3.451	21.537
De 31 à 90 dias	2.737	2.502	2.737	2.502
Acima de 90 dias	66.269	43.261	44.853	13.575
	<u>205.903</u>	<u>161.233</u>	<u>184.487</u>	<u>131.640</u>

As contas a receber referem-se basicamente a faturamento de venda de combustíveis e transportes com combustíveis, cujo vencimento médio é de cinco dias.

A política vigente na Companhia e aprovada pela administração é de constituir a provisão de perda estimada com crédito de liquidação duvidosa baseada na correlação do histórico da Receita Bruta com as perdas lançadas nos últimos 3 anos, essa média é aplicada ao saldo dos clientes a receber na data base do fechamento do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Em 1º de janeiro	(68)	(56)	(68)	(56)
Reversões de provisões	28	-	28	-
Constituição de provisões	-	(12)	-	(12)
Em 31 de dezembro	<u>(40)</u>	<u>(68)</u>	<u>(40)</u>	<u>(68)</u>

6. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Gasolina	34.789	27.313	34.789	27.313
Biodiesel	-	-	13	66
Etanol anidro	9.078	12.222	9.078	12.222
Etanol hidratado	2.747	2.400	2.747	2.400
Oléo Diesel	405.396	97.604	405.396	97.604
Aditivos e outros	1.222	688	1.222	688
Estoque em Poder de Terceiro	3.498	396	3.498	396
	<u>456.729</u>	<u>140.624</u>	<u>456.742</u>	<u>140.690</u>

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

7. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
ICMS a recuperar (i)	37.613	43.229	37.618	43.282
Crédito de exclusão ICMS Base do PIS e COFINS (ii)	35.916	69.460	35.916	69.460
PIS e COFINS a recuperar	38.516	20.799	38.516	21.101
IR e CS a recuperar	5.838	5.929	5.838	5.883
	117.883	139.417	117.888	139.726
Circulante	104.209	96.521	104.214	96.830
Não circulante	13.675	42.896	13.675	42.896
	117.883	139.417	117.888	139.726

- (i) O ICMS a recuperar apresentado é oriundo das operações de aquisições de Etanol Hidratado, que no Estado de Goiás são adquiridos à alíquota de 25% e em alguns momentos foi utilizado em operação interestadual (venda/transferência) à alíquota de 12%, basicamente para os Estados de Minas Gerais e Bahia. Esse saldo credor está homologado em conta gráfica pelo Fisco Goiano e está disponível para utilização pela filial nas saídas de Etanol Hidratado, sendo seu saldo devedor mensal abatido do saldo credor em conta gráfica; e
- (ii) Exclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (“ICMS”) na base cálculo do Programa Integração Social (“PIS”) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”).

Em abril de 2019 a Companhia obteve decisão judicial transitada em julgado lhe concedendo o afastamento da exigência da inclusão do ICMS na base de cálculo da contribuição para o PIS e a COFINS, e lhe garantindo, dessa forma, o direito de solicitar a habilitação para compensação dos valores excedentes recolhidos para o período de 1998 a 2018. Neste sentido, a Administração da Companhia optou por reconhecer contabilmente o referido ganho e as compensações desde o exercício de 2022, no entanto, sem considerar os demais efeitos, inclusive tributários sem a devida habilitação da Receita Federal do Brasil (RFB). As compensações dos referidos créditos foram para liquidar os débitos correntes de Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), PIS e da COFINS, sendo o montante de R\$ 69.460 mil durante o exercício de 2022. Como desdobramento, a Companhia obteve durante o exercício de 2023 a habilitação pela RFB dos referidos créditos tributários oriundos da exclusão do ICMS da base de cálculo da contribuição para o PIS e a COFINS no montante de R\$ 198.025 mil, e considerando que já havia reconhecido o montante de R\$ 69.460 mil em 2022, reconheceu o residual no montante de R\$ 128.565 mil em 2023, e, sem considerar os efeitos tributários sobre o ganho com o crédito tributário. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo a compensar é de R\$ 35.916 mil.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

8. Adiantamentos a fornecedores

Os adiantamentos a fornecedores referem-se, basicamente, a adiantamentos efetuados a fornecedores de etanol, Petrobrás S.A. e importadoras "Trading", para fornecimento futuro de combustíveis. A Companhia efetua os adiantamentos a fim de garantir, principalmente, os produtos das safras de cana das usinas, os quais estão suportados por contratos e/ou renegociações para entrega de etanol. Segue a composição desses adiantamentos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamentos para:				
Fornecedores de etanol	9.576	3.641	9.576	3.641
Fornecedores de derivados do petróleo	109.050	9.757	109.050	9.757
Fornecedores para distribuidoras	1	1	1	1
Outros	2.810	553	2.810	553
Provisão para perdas com adiantamentos	(410)	(425)	(410)	(425)
	<u>121.027</u>	<u>13.527</u>	<u>121.027</u>	<u>13.527</u>

A provisão para perdas com adiantamentos, refere-se substancialmente, aos adiantamentos realizados para as usinas de etanol. De acordo com a análise individualizada de cada adiantamento, a Administração constituiu provisão considerada suficiente para cobrir eventuais perdas. As movimentações na provisão para perdas com adiantamentos estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Em 1º de janeiro	(425)	(1.994)	(425)	(1.994)
Provisões constituídas	-	(57)	-	(57)
Reversão de Provisão	15	1.626	15	1.626
Em 31 de dezembro	<u>(410)</u>	<u>(425)</u>	<u>(410)</u>	<u>(425)</u>

9. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Despesas Antecipadas Seguros (i)	1.996	2.315	1.996	2.315
Consórcios	2.495	2.144	2.495	2.144
Outros	1.138	2.042	1.138	2.042
	<u>5.628</u>	<u>6.501</u>	<u>5.628</u>	<u>6.501</u>
Circulante	2.974	3.818	2.974	3.818
Não circulante	2.655	2.682	2.655	2.682
	<u>5.628</u>	<u>6.501</u>	<u>5.628</u>	<u>6.501</u>

- (i) Em 2023, a Companhia manteve as contratações de seguros garantias, para assegurar os processos judiciais em discussões e em processos de parcelamento junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, conforme detalhamento na Nota Explicativa nº 16.

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

10. Partes relacionadas

Saldos com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<u>Ativo</u>				
<u>Contas a receber (Nota 5):</u>				
Petroviário Transportes Ltda.	21.416	-	21.416	-
Cassaró & Nogueira Ltda.	3.746	-	3.746	-
Magnum Auto Posto Ltda.	1.922	-	1.922	-
Posto Imbirussu Ltda.	2.481	-	2.481	-
Fic On Serviços de Gestão e Administração Ltda.	1	-	1	-
	<u>29.566</u>	<u>-</u>	<u>29.566</u>	<u>-</u>
<u>Empréstimos:</u>				
Agropecuária Rio da Areia Ltda (a)	-	33.049	-	33.687
Royal Fic Energia e Renováveis Participações (a)	22.080	19.460	22.080	19.460
Royal Fic Importadora e Exportadora	113	-	113	-
	<u>22.193</u>	<u>52.509</u>	<u>22.193</u>	<u>53.147</u>
Total ativo	51.759	52.509	51.759	53.147
<u>Passivo</u>				
<u>Empréstimos:</u>				
Agropecuária Rio da Areia Ltda.	-	(11.594)	-	(11.594)
Royal Fic Energia e Renováveis Participações.	-	(832)	-	(832)
Magnum Auto Posto Ltda.	-	(106)	-	(106)
EN Administração e Participações Ltda.	-	(627)	-	(627)
Petroviário Transportes Ltda.	-	(7.682)	-	-
Posto Imbirussu Ltda.	-	(12)	-	(12)
Royal Fic Comercial Importadora e Exportadora	-	(53)	-	(687)
Cassaró & Nogueira Ltda.	-	(18)	-	(18)
	<u>-</u>	<u>(20.924)</u>	<u>-</u>	<u>(13.876)</u>
<u>Outros</u>				
Royal Fic Comercial Importadora e Exportadora	-	(634)	-	(634)
	<u>-</u>	<u>(634)</u>	<u>-</u>	<u>(634)</u>
Total Passivo	-	(21.558)	-	(14.510)

- (a) Refere-se a operações de mútuo sem remuneração e prazo de vencimento definido, podendo ser liquidada quando do interesse comum da Administração; e

A Companhia mantém relações e transações com partes relacionadas em condições estabelecidas entre elas, os resultados de suas operações individuais e consolidadas, bem como os seus efeitos tributários podem ser diferentes daqueles que seriam obtidos de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas. Adicionalmente a Administração não espera ter impactos na realização ou liquidação dessas operações.

O saldo registrado no passivo se refere a transações mercantis, relacionadas ao fornecimento de combustível para a controlada e o recebimento de serviços de transportes, decorrente das vendas de combustível a terceiros.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

11. Remuneração de pessoal-chave da Administração

Em 2023, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla os gerentes sênior e o presidente da Companhia, totalizou R\$ 2.164 (R\$ 1.668 em 2022), e incluem honorários (Diretoria) e *pró-labore* (Presidente).

Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados concedidos pela Companhia e controlada referem-se basicamente a benefícios concedidos em bases mensais e assim reconhecidos contabilmente. Inexistem benefícios pós-emprego, fundos de pensão ou outros benefícios que requeiram tratamento contábil específico.

12. Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Reconciliação das despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro antes do Imposto de renda e Contribuição Social	340.553	190.187	340.628	191.134
Imposto de renda e Contribuição Social à alíquota nominal (34%)	-	-	-	-
Ajuste para cálculo efetivo da alíquota	-	-	-	-
Equivalência patrimonial	330	(10.712)	109	(7.644)
Adições permanentes não dedutíveis	-	-	-	-
Outras	-	-	-	-
Imposto de renda e Contribuição Social correntes	(67.786)	(38.976)	(67.861)	(39.924)
Imposto de renda e Contribuição Social diferidos (b)	(2.742)	31.752	(2.742)	31.752
Alíquota efetiva	-502%	-488%	-502%	-479%

b) Tributos diferidos

A Companhia reconhece tributos diferidos sobre prejuízos fiscais de anos anteriores, sem expiração, e para os quais a compensação está limitada a 30% do lucro tributável anual, na medida em que haja lucro tributável disponível para compensar diferenças temporárias, com base nas premissas e condições definidas no modelo de negócios da Companhia.

O reconhecimento do tributo diferido é realizado quando é provável que um lucro tributável para os próximos exercícios esteja disponível para ser usado para compensá-lo, com base nas projeções de resultados elaborados pela Administração.

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os tributos diferidos foram calculados a partir das seguintes bases:

	Taxa %	31/12/2023		31/12/2022	
		Base	R\$	Base	R\$
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	34	(40)	(14)	(68)	(23)
Provisão para perdas com adiantamentos de fornecedor	34	(410)	(139)	(425)	(145)
Provisão para demandas judiciais	34	(21.790)	(7.409)	(8.276)	(2.814)
Provisão Créditos de descarbonização CBIOS	34	(24.743)	(8.413)	(15.768)	(5.361)
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	34	-	-	(30.512)	(10.374)
		<u>(46.984)</u>	<u>(15.975)</u>	<u>(55.048)</u>	<u>(18.717)</u>

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Movimentação				
Em 1º de janeiro	18.717	28.001	14.389	23.673
Constituição (realização) das operações da Companhia	(2.742)	(9.284)	(2.742)	(9.284)
Constituição de prejuízo fiscal e base negativa DCLL - Quita PGFN (i)	-	41.036	-	41.036
Utilização de prejuízo fiscal e base negativa DCLL - Quita PGFN (i)	-	(41.036)	-	(41.036)
Em 31 de dezembro	<u>15.975</u>	<u>18.717</u>	<u>11.647</u>	<u>14.389</u>

Efeito no resultado	(2.742)	31.752	(2.742)	31.752
---------------------	---------	--------	---------	--------

- (i) Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia consumiu todo o saldo do ativo fiscal diferido com a adesão do programa de quitação antecipada (Quita PGFN), instituído pela portaria 8.798 de 04 de outubro de 2022, que permitia a utilização de créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL, apurados até 31 de dezembro de 2021, para abatimento de saldo devedor de Transação Individual com a Procuradoria (Nota Explicativa nº 16).

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

13. Imobilizado

Composição

	Custo	Depreciação acumulada	Líquido		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
			31/12/2023	31/12/2022			31/12/2023	31/12/2022
Terrenos	15.088	-	15.088	13.779	15.088	-	15.088	13.779
Móveis e utensílios	1.712	(1.236)	476	531	1.712	(1.236)	476	531
Máquinas e equipamentos	2.030	(1.437)	593	627	2.217	(1.595)	622	664
Edifícios, benfeitorias e tanques	91.211	(33.774)	57.437	59.820	91.509	(34.072)	57.437	60.118
Equipamentos de informática	4.044	(3.832)	212	232	4.044	(3.832)	212	232
Equipamentos de telefonia	1.043	(848)	195	37	1.043	(848)	195	37
Veículos (ii)	7.417	(4.219)	3.198	462	8.477	(5.279)	3.198	508
Outros bens móveis	2.277	(1.681)	596	718	2.277	(1.681)	596	718
Imobilizado em andamento (i)	20.017	-	20.017	8.970	20.017	-	20.017	8.970
	<u>144.839</u>	<u>(47.027)</u>	<u>97.813</u>	<u>85.177</u>	<u>146.384</u>	<u>(48.543)</u>	<u>97.841</u>	<u>85.557</u>

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

Movimentação do imobilizado

	Controladora				31/12/2022	Adições	Baixa	Transferências	31/12/2023
	31/12/2021	Adições	Baixa	Transferências					
Terrenos	13.819	-	(40)	-	13.779	2.016	(708)	-	15.087
Móveis e utensílios	1.609	56	-	-	1.665	54	(8)	-	1.711
Máquinas e equipamentos	1.751	209	(13)	-	1.947	84	-	-	2.031
Edifícios, benfeitorias e tanques	57.111	3.240	(176)	25.891	86.066	817	(4)	4.333	91.212
Ferramentas	1.146	-	-	-	1.146	-	-	-	1.146
Equipamentos de informática	2.887	124	-	-	3.011	97	(201)	-	2.907
Equipamentos de telefonia	996	2	-	-	998	211	-	-	1.209
Veículos	4.889	960	(1.147)	-	4.702	3.378	(702)	-	7.378
Outros bens móveis	1.774	366	-	-	2.140	-	-	-	2.140
Imobilizado em andamento (i)	30.216	4.685	(39)	(25.891)	8.971	15.380	-	(4.333)	20.018
	116.198	9.642	(1.415)	-	124.425	22.037	(1.623)	-	144.839
Depreciação	(35.135)	(4.383)	271	-	(39.247)	(8.694)	915	-	(47.026)
Valor residual	81.063	5.259	(1.144)	-	85.177	13.343	(708)	-	97.812

	Consolidado				31/12/2022	Adições	Baixa	Transferências	31/12/2023
	31/12/2021	Adições	Baixa	Transferências					
Terrenos	13.819	-	(40)	-	13.779	2.016	(708)	-	15.087
Móveis e utensílios	1.609	56	-	-	1.665	54	(8)	-	1.711
Máquinas e equipamentos	1.935	209	(13)	-	2.131	84	-	-	2.215
Edifícios, benfeitorias e tanques	57.409	3.240	(176)	25.891	86.364	817	(4)	4.333	91.510
Ferramentas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Equipamentos de informática	4.025	124	-	-	4.149	97	(201)	-	4.045
Equipamentos de telefonia	828	2	-	-	830	211	-	-	1.041
Veículos	9.652	1.013	(4.462)	-	6.203	3.378	(1.104)	-	8.477
Outros bens móveis	1.915	366	-	-	2.281	-	-	-	2.281
Imobilizado em andamento (i)	30.216	4.685	(39)	(25.891)	8.971	15.380	-	(4.333)	20.018
	121.408	9.695	(4.730)	-	126.373	22.037	(2.025)	-	146.385
Depreciação	(39.053)	(4.583)	2.822	-	(40.814)	(9.004)	1.275	-	(48.543)
Valor residual	82.355	5.112	(1.908)	-	85.557	13.033	(750)	-	97.841

- (i) Em 2023, a Companhia, com base na alta demanda por armazenamento de produtos de seus parceiros, decidiu aumentar a capacidade de tancagem da Filial de São Gonçalo de Sapucaí com a construção de mais um tanque e ampliação de plataforma. E visando a expansão de seus negócios, a companhia decidiu construir nova planta em local estratégico no Nordeste (BA), a expectativa de conclusão para o final de 2024.

Taxas de depreciação e vidas úteis

A Companhia contratou peritos independentes para rever a vida útil de seu ativo imobilizado em 2023, e por não haver mudança significativa nas vidas úteis apuradas a Companhia, manteve as taxas de depreciação do exercício anterior, que são as taxas que refletem a vida útil estimadas dos ativos imobilizados:

	Vida útil em anos	Taxas de depreciação médias anuais
Edificações, benfeitorias e tanques	25	4%
Móveis e utensílios	11	9%
Equipamentos de informática	9	11%
Veículos	7	14%
Aeronaves	10	10%
Outros bens móveis	9	11%
Máquinas e equipamentos	10	10%
Ferramenta	10	10%
Telefonia	10	10%

Garantias

As garantias são compostas conforme segue:

- A Companhia ofereceu um imóvel em garantia, objeto das Matrículas nºs 116.160 e 122.918 (Base primária de distribuição de combustíveis localizada em Betim/MG), em hipoteca de primeiro grau, sem concorrência de terceiros, em favor do Estado de Minas Gerais para adesão ao Programa de Parcelamento do auto de infração. Em 31 de dezembro de 2023, o valor contábil da propriedade era de R\$ 895 (R\$ 895 em 2022);
- Em junho de 2019, a Companhia assinou o Termo de Negócio Jurídico Processual junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN, assumindo o compromisso de parcelamentos dos débitos federais oriundos da Companhia ASADIESEL, conforme detalhamento na Nota Explicativa nº 16. Para firmamento, foi oferecido como garantia as Bases operacionais e seus respectivos terrenos de Betim/MG, Paulínia/SP e Cuiabá/MT. Adicionalmente, apesar do pagamento final dos parcelamentos em questão terem sido finalizados em maio de 2023. A Companhia ainda aguarda a validação e arquivamento do Termo de Negócio Jurídico Processual por parte da PGFN para liberação das garantias.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

14. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	T. J nominal	Venc.	Controladora		Consolidado	
			31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Capital de giro	2,50% a 3,15%	2024	172.434	44.267	172.425	44.267
Fornecedores - convênio			63.739	41.345	63.739	41.345
Outros			68	-	68	-
			<u>236.241</u>	<u>85.612</u>	<u>236.232</u>	<u>85.612</u>
Circulante e não circulante			31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			232.222	40.934	232.213	40.934
Não circulante			4.019	3.333	4.019	3.333
			<u>236.241</u>	<u>44.267</u>	<u>236.232</u>	<u>44.267</u>

A Companhia possui parcerias com diversas instituições financeiras que possibilitam aos fornecedores anteciparem os seus recebíveis. Os fornecedores têm liberdade para escolher se desejam ou não antecipar seus recebíveis e com qual instituição, permitindo assim que gerenciem suas necessidades de fluxo de caixa da forma que melhor os atenda. Esta flexibilidade possibilita que a Companhia intensifique as relações comerciais com a rede de fornecedores, alavancando potencialmente benefícios como preferência de fornecimento em casos de oferta restrita, melhores condições de preço e/ou prazos de pagamento mais flexíveis, entre outros, sem que se identifiquem contrapartidas em outras condições comerciais.

Em 31 de dezembro de 2023, as taxas de desconto nas operações de risco sacado realizadas por nossos fornecedores juntos as instituições financeiras ficaram entre 1,21% e 1,50% a.a.

As operações de capital de giro ficaram entre 1,21% e 1,51% a.a., com prazo máximo para pagamento de 60 dias. Em 2023, houve um acréscimo de uso dessa operação para suportar as operações de importação.

Cláusulas restritivas

Os empréstimos contêm cláusulas contratuais declarando que será exigido o pagamento antecipado da dívida, total ou parcial, entretanto a Companhia está adimplente com as cláusulas em 31 de dezembro de 2023. A seguir, segue breve comentário sobre as principais operações de créditos, garantias e restrições contratuais ("*covenants*") da Companhia:

- i. Entrar em estado de insolvência civil, liquidação ou falência, impetrar pedido de concordata ou de recuperação judicial, convocar credores para apresentar plano de recuperação extrajudicial ou suspender suas atividades por período superior a 30 dias;
- ii. Figurar como devedor em situação de mora de inadimplemento junto ao banco ou qualquer outra instituição fornecedora de crédito, ou qualquer outro Banco; e
- iii. Mudança no estado econômico-financeiro da Companhia e/ou de qualquer avalista.

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

15. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores de produtos para revenda	193.892	27.832	193.859	27.832
Fornecedores de serviços de transportes	12.454	7.763	12.500	7.809
Outros	5.833	7.288	5.833	7.288
	<u>212.179</u>	<u>42.883</u>	<u>212.192</u>	<u>42.929</u>

16. Impostos e contribuições a recolher e parcelamentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Impostos correntes:				
ICMS ST a recolher	2.283	1.758	2.283	1.758
ICMS próprio a recolher	11.176	10.829	11.187	10.829
Impostos sobre operações financeiras	-	-	-	-
Outros	1.358	988	1.358	988
	<u>14.817</u>	<u>13.575</u>	<u>14.828</u>	<u>13.575</u>
Pis a recolher (i)	-	2.040	1	2.040
Cofins a recolher (i)	-	9.582	6	9.582
Imposto de renda (i)	3.260	63.838	3.260	64.198
Contribuição social (i)	1.178	23.007	1.178	23.007
	<u>4.438</u>	<u>98.467</u>	<u>4.446</u>	<u>98.827</u>
Total impostos correntes	<u>19.255</u>	<u>112.042</u>	<u>19.274</u>	<u>112.402</u>
Parcelamentos:				
Parcelamento - REFIS PERT	24.898	30.499	25.150	30.642
Parcelamento Especial PGFN	-	-	-	24.948
Parcelamentos Excepcional Quita PGFN	-	24.948	-	-
Parcelamentos Federais	689	1.340	689	1.406
Parcelamentos Federais (ii)	25.587	56.788	25.839	56.996
Parcelamento Especial ICMS - SP	461	834	486	834
Parcelamento Manguinhos - ICMS - MG	-	950	-	950
Parcelamentos Estaduais (iii)	461	1.784	486	1.784
Total de parcelamentos	<u>26.048</u>	<u>58.572</u>	<u>26.326</u>	<u>58.780</u>
CBIOS a Pagar (iv)	50.970	-	50.970	-
Total CBIOS a Pagar	<u>50.970</u>	<u>-</u>	<u>50.970</u>	<u>-</u>
Total Geral	<u>96.273</u>	<u>170.614</u>	<u>96.570</u>	<u>171.183</u>
Circulante	76.522	144.580	76.586	145.027
Não circulante	19.752	26.008	19.984	26.130
	<u>96.273</u>	<u>170.589</u>	<u>96.570</u>	<u>171.158</u>

(i) Em 23 de setembro de 2022, a Receita Federal encaminhou despacho decisório referente às suspensões de débitos efetuadas pela Companhia, com base nos créditos da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, do período de 2019 a 2022. Nesse ato, sobreveio a sentença do processo para execução imediata dos débitos no montante atualizado de R\$ 98.467. Vide Nota Explicativa nº 7.

(ii) Movimentação dos parcelamentos federais:

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Controladora					
Modalidade Original	Migração	31/12/2022	Pagamentos	Novo	
				Parcelamento	31/12/2023
Parc.Especial / (a)	QuitaPGFN	24.948	(24.948)	-	-
Pert PGFN Royal Fic / (b)		10.526	(1.029)	-	9.497
Pert PGFN Asadiesel / (b)	Parc.Excepcional Royal Fic	19.974	(4.573)	-	15.401
Parcelamento Simplificado / (c)		151	(151)	-	-
Parcelamento Retidos / (c)		1.189	(500)	-	689
Total		56.788	(31.201)	-	25.587

Consolidado					
Modalidade Original	Migração	31/12/2022	Pagamentos	Novo	
				Parcelamento	31/12/2023
Parc.Especial / (a)	QuitaPGFN	24.948	(24.948)	-	-
Pert PGFN Royal Fic / (a)		10.688	(1.036)	-	9.652
Pert PGFN Asadiesel / (b)	Parc.Excepcional Royal Fic	19.954	(4.586)	-	15.368
Parcelamento Simplificado / (c)		151	(151)	-	-
Parcelamento Retidos / (c)		1.255	(566)	-	689
Parcelamento PERT III - Petroviário		-	-	130	130
Total		56.996	(31.287)	130	25.839

- (a) Em dezembro de 2022, a Procuradoria lançou novo programa de regularização de débitos intitulado Quita PGFN, que possibilita ao contribuinte utilizar o prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para liquidar de forma antecipada o saldo devedor de Transação ou Inscrições da Dívida Ativa da União da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nas seguintes condições: sobre o saldo devedor da conta de negociação, o contribuinte deverá realizar o pagamento de no mínimo 30%, o qual poderá ser dividido em até 6 (seis) prestações mensais, e o saldo devedor remanescente será quitado mediante a utilização dos créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL, apurados até 31 de dezembro de 2021.

Os créditos devem ser de titularidade do responsável ou corresponsável pelo débito ou de sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente por uma mesma pessoa jurídica; o vínculo jurídico deve ter se consolidado até 31 de dezembro de 2021 e ser mantido até a data da adesão ao Quita PGFN.

A Companhia, junto aos seus assessores jurídicos, mapeou o programa e fez a sua respectiva adesão, utilizando R\$ 41.036 mil de prejuízo fiscal e Base de Contribuição negativa próprios e R\$ 20.924 de prejuízo fiscal e Base de Contribuição negativa de empresas do mesmo grupo societário, totalizando R\$ 61.961 mil de abatimento da dívida, restando um saldo de R\$ 30.177 (com Selic), que foram pagas em 6 parcelas, com entrada no montante de R\$ 4.990 mil, paga em 30 de dezembro de 2022. Deste modo, o saldo devedor, em 31 de dezembro de 2022, que era de R\$24.948 mil, em 2023 foi devidamente quitado, aguardando apenas a validação da procuradoria.

- (b) Adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT

Em 27 de outubro de 2017, a Administração da Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, que foi instituído pela Medida Provisória n.º 783/17, posteriormente convertida na Lei n.º 13.496/17 de 24 de outubro de 2017. Nessas circunstâncias, foram incluídos todos os débitos da Companhia apresentados na PGFN - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e na RFB - Receita Federal do Brasil, bem como foram incluídos os débitos da Companhia Asadiesel Petróleo Ltda. com a PGFN - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Tal Companhia, embora tenha sido incorporada contabilmente em 2005, não se apresenta incorporada na referida autoridade tributária, cujo montante apresentado é R\$ 191.809.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Fato subsequente à adesão, os débitos constantes na PGFN foram deferidos, enquanto os débitos com a RFB aguardam a análise e deferimento daquela autoridade tributária.

Foram incluídos no PERT os saldos dos tributos vencidos até abril de 2017, em que a Companhia, no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, incluiu débitos da CPMF - Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direito de Natureza Financeira, parcelando a dívida em 145 meses, com entrada de 20% e redução de 80% juros, 50% de multas e 100% encargos/honorários; o saldo remanescente será atualizado mensalmente pela taxa SELIC.

Em outubro de 2018, foi consolidado o parcelamento no âmbito da Receita Federal do Brasil - RFB, em que o saldo devedor, no montante de R\$ 55.876 mil, foi enquadrado na modalidade do item I - artigo 2º Lei 13.496/17. Nessa modalidade, a antecipação de 20%, representada pelo montante de R\$ 11.175 mil, foi amortizada do total da dívida, e o saldo remanescente de R\$ 44.701 mil foi liquidado com prejuízo fiscal, conforme previsto no regulamento do parcelamento.

Para a Companhia Asadiesel Petróleo Ltda., no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, incluiu os saldos da desistência dos parcelamentos de períodos anteriores instituído pela Lei nº 11.941/09, e o montante atualizado e consolidado foi parcelado em 120 vezes, sendo que as parcelas serão progressivas e corrigidas pela taxa SELIC.

Em junho de 2019, a Companhia reparcelou os débitos inscritos no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional da Companhia incorporada Asadiesel, desmembrando o parcelamento do PERT. Dessa forma, o montante remanescente da dívida no PERT é de R\$ 47.547 mil.

Em novembro de 2020, os débitos até então denominados PERT Asadiesel passa por nova negociação onde foi reconstituído em 84 parcelas, com desconto e/ou perdão de dívida de R\$ 6.981, com a denominação de Transação Excepcional PGFN. Dessa forma, o montante remanescente da dívida é de R\$ 39.361 mil, sendo, R\$ 13.462 mil PERT Royal Fic e R\$ 25.898 mil Transação Excepcional.

Em 2023, a Companhia manteve-se adimplente junto a PGFN, realizando os pagamentos das parcelas devidas, ficando com o montante remanescente da dívida em R\$ 24.898, sendo R\$ 9.497 PERT Royal Fic e R\$ 15.401 Transação Excepcional.

- (c) Em decorrência do cenário da Pandemia da Covid-19, a Companhia se utilizou da medida da RFB que proporcionou o adiamento dos recolhimentos dos tributos nas competências entre fevereiro e junho de 2020, concedendo posteriormente a possibilidade de a dívida ser transformada em um parcelamento Simplificado/Ordinário, cujo valor foi dividido em 60 parcelas, constituídos da seguinte forma:

- IRRF/ CSRF de março a junho de 2020 - no montante de R\$ 595 mil; e
- INSS - Patronal, Segurados e Terceiros de fevereiro a junho/2020 - no montante de R\$ 1.705 mil.

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Em 2023, o parcelamento se manteve ativo e regular; dessa forma, o montante remanescente da dívida dos Impostos retidos é de R\$ 689 mil:

Fluxo de pagamento Consolidado para os próximos anos:

Ano	Valor R\$
2024	6.297
2025	5.844
2026	5.601
2027	4.912
2028	1.469
2029	1.469
2030	247
Total	25.839

(iii) Movimentação dos parcelamentos estaduais:

ICMS MG - No ano de 2009 e 2010 a Companhia adquiriu produtos da Refinaria de Petróleo de Manguinhos S.A. ("Manguinhos"). A sistemática tributária existente torna a Manguinhos a responsável pelo recolhimento de todos os impostos de cadeia de valor do segmento de combustível aos referidos Estados.

A Manguinhos está em uma discussão com o Estado de Minas Gerais dos valores dos repasses dos créditos tributários daquele Estado, o qual lavrou auto de infração contra a Companhia. Em 2015 a Companhia, como responsável solidária pelos impostos na cadeia, efetuou o parcelamento do débito de ICMS junto a Secretaria da Fazenda do estado de Minas Gerais e conseqüentemente recuperou o Regime especial desse Estado, deixando de recolher o ICMS sobre a comercialização do álcool hidratado antecipadamente, passando a recolher por apuração em conta gráfica. Em 2018 o parcelamento se mantém ativo e regular. Em 2020, em decorrência do evento COVID-19, os recolhimentos do parcelamento foram suspensos, por consequência o parcelamento foi interrompido pela SEFAZ-MG e os benefícios de descontos para essa modalidade foram perdidos. No segundo semestre de 2020, houve adesão e consolidação de um novo parcelamento.

Em junho de 2021, o governo do estado de MG lançou uma nova modalidade de Refis - programa Recomeça Minas o que possibilitou a redução de multas e juros de R\$ 5.953 mil. Esse parcelamento foi quitado em 2023.

(iv) Meta CBIOS a Pagar:

A Companhia possui obrigação anual de descarbonização adotada pela Política Nacional de Biocombustíveis ("RenovaBio"), instituída pela Lei nº 13.576/2017, com regulamentação adicional instituída pelo Decreto nº 9.888/2019 e Portaria nº 419, de 20 de novembro de 2019, do Ministério de Minas e Energia.

A obrigação é registrada na rubrica de "Meta CBIOS a pagar", de maneira proporcional às metas anuais estabelecidas pela ANP, através do custo médio de aquisição dos créditos adquiridos e o valor justo dos créditos negociados na B3 na data de fechamento para os créditos a serem adquiridos.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Para 2022, a Companhia diante de Pareceres Jurídicos e laudos técnicos entre esses do Tribunal de Contas da União entendeu que a meta que corresponde 414.391 a ser aposentada, estava com o valor do CBIOS muito acima de sua precificação, devido à falta de regulação de mercado. Para 2023, a Companhia possuía como meta uma redução equivalente à quantidade de 406.382 CBIOS.

Diante deste cenário, a Administração da Companhia impetrou mandado de segurança para discutir as métricas de cálculo desta obrigação, inclusive depositou em juízo os valores que julgou serem apropriados e com base em Laudos Técnicos. Neste momento, aguarda a decisão judicial.

17. Provisão para patrimônio líquido negativo de controlada

Informações da controlada

Em 31 de dezembro de 2023 Petroviários Transportes Ltda.	Participação no capital Integrado	Ativos	Patrimonio Liquido	Resultado do exercício 31/12/2023	Resultado do exercício 31/12/2022
	99,5000%	129	21.825	(222)	3.084
			21.725	(221)	3.068

Em 31 de dezembro de 2022 Petroviários Transportes Ltda.	Participação no capital Integrado	Ativos	Patrimonio Liquido	Resultado do exercício
	99,5000%	8.794	21.603	3.084
		21.495	3.068	

18. Provisão para demandas judiciais

A Companhia e sua controlada são partes em processos judiciais e administrativos em várias cortes e órgãos governamentais. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e análise de demandas pendentes e, com relação a demandas trabalhistas, com base em experiência passada relativas a valores pleiteados, reconheceu a provisão em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e sua controlada registraram uma provisão nas demonstrações contábeis, baseada na opinião de seus assessores legais, que julga ser suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento. A classificação dos valores provisionados, segundo a natureza dos respectivos processos é conforme demonstramos a seguir:

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	31/12/2021				31/12/2022				31/12/2023			
	Saldo	Movimento			Saldo	Movimento			Saldo	Movimento		
		Adições	Baixas	Reversões		Adições	Baixas	Reversões		Adições	Baixas	Reversões
Tributário outros (i)	1.410	1.696	(1.087)	-	2.019	11.321	-	-	13.340			
Cíveis e ANP (ii)	1.265	1.999	(2.295)	-	969	34	(659)	-	345			
Trabalhistas (iii)	4.257	4.553	(3.522)	-	5.288	3.124	(307)	-	8.105			
	<u>6.933</u>	<u>8.248</u>	<u>(6.904)</u>	<u>-</u>	<u>8.276</u>	<u>14.479</u>	<u>(966)</u>	<u>-</u>	<u>21.790</u>			
Consolidado												
	31/12/2021				31/12/2022				31/12/2023			
	Saldo	Movimento			Saldo	Movimento			Saldo	Movimento		
		Adições	Baixas	Reversões		Adições	Baixas	Reversões		Adições	Baixas	Reversões
Tributário outros (i)	1.415	1.696	(1.092)	-	2.019	11.321	-	-	13.340			
Cíveis e ANP (ii)	1.265	2.004	(2.295)	-	974	252	(662)	-	564			
Trabalhistas (iii)	4.394	4.553	(3.659)	-	5.288	3.124	(307)	-	8.105			
	<u>7.075</u>	<u>8.253</u>	<u>(7.046)</u>	<u>-</u>	<u>8.281</u>	<u>14.697</u>	<u>(969)</u>	<u>-</u>	<u>22.009</u>			

- (i) Assuntos tributários: referem-se à processos em exigibilidade suspensa onde os assessores jurídicos periodicamente acompanham os status de cada processo;
- (ii) Assuntos cíveis e ANP: referem-se às provisões constituídas para demandas judiciais relativas às ações judiciais passivas de natureza cível, sobre processos de indenização por danos materiais e morais e autuações por parte da ANP - Agência Nacional de Petróleo; e
- (iii) Assuntos trabalhistas: as principais naturezas em discussão referem-se a pedidos relacionados a comissões, adicional de periculosidade e respectivos reflexos, bem como horas extras e seus respectivos adicionais, devolução dos descontos efetuados em folha de pagamento, entre outras; pedidos de indenização por danos morais.

A Companhia é parte em outros processos de natureza tributária, cível e trabalhista, que se encontra em instâncias diversas e foi classificada pela Administração, com base na opinião de seus consultores legais, como de risco de perda possível ou remota, levando-se em consideração tanto a jurisprudência predominante, quando a documentação específica existente.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

Contingências - demandas judiciais consideradas como de perda possível

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os montantes de risco máximo dos processos considerados como perda possível, conforme anteriormente comentado, são:

- Tributárias (i): R\$ 26.018 (R\$ 9.945 em 2022);
- Trabalhistas: R\$ 8.609 (R\$ 31.011 em 2022);
- Cíveis: R\$ 19.058 (R\$ 3.915 em 2022).

Na opinião da Administração, a decisão final com respeito a essas ações não afetará materialmente as demonstrações contábeis da Companhia.

Depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Bloqueios e depósitos judiciais (i)	20.690	3.015	20.766	3.092
Depósitos Judiciais - Icms GO Protege (ii)	6.844	6.844	6.844	6.844
	27.534	9.859	27.610	9.935

- (i) Depósitos e bloqueios judiciais de origem trabalhistas, tributárias e Renovabio, conforme mencionado na nota explicativa nº 16;
- (ii) Mandado de Segurança visando que a Autoridade Coatora se abstenha de exigir da impetrante o recolhimento do adicional de 2% sobre a alíquota do ICMS destinada ao fundo PROTEGE no estado de GO. Em 2021, o pedido de levantamento do depósito judicial foi indeferido e a Companhia suspendeu os recolhimentos, a Sefaz irá remover o valor levantado em R\$ 6.844 a seu favor, com abatimento do débito em aberto junto ao Estado.

Supremo Tribunal Federal ("STF") muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

Em 8 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da Administração suportada por seus assessores jurídicos, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 32/IAS 12 Tributos sobre o lucro, ICPC 22 / IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro, ter impactos significativos em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2023.

19. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da Companhia que está totalmente subscrito e integralizado, no valor de R\$ 50.000.000,00(cinquenta milhões de reais), dividido em 137.323.993(cento e trinta e sete milhões, trezentas e vinte e três mil, novecentas e noventa e três) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, distribuídas da seguinte forma:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
	(Ações)	(Ações)
E N Administração e Participações S.A.	49.995	5.737
Édio Nogueira	5	2
	<u>50.000</u>	<u>5.739</u>

Os titulares de ações ordinárias têm direito a um voto por ação nas reuniões da Companhia.

Em 29 de dezembro de 2023, foi realizada a Ata da Assembleia Geral Extraordinária, sob registro na junta comercial de São Paulo (JUCESP) protocolo nº 0.138.351/24-7, que aprovou o aumento do capital social da Companhia, dos atuais R\$ 5.739 milhões para R\$ 50 milhões, mediante a capitalização de lucros acumulados no valor de R\$ 44.261 milhões, sem a emissão de novas ações, nos termos do Parágrafo Primeiro do Artigo 169 da Lei 6.404/76.

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

c. Dividendos mínimos obrigatórios

O estatuto social não prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício ajustado na forma da legislação societária. A Administração deliberará sobre a destinação dos dividendos em Assembleia Geral.

	2023	2022
Saldos iniciais do exercício	17.342	18.797
(+) Complemento de dividendos do exercício aprovado em ata	177.240	-
(+) Dividendo mínimo obrigatório	65.979	45.741
(-) Pagamentos / outras movimentações	(174.738)	(47.196)
(=) Saldos finais do exercício	<u>85.823</u>	<u>17.342</u>

O cálculo do dividendo mínimo obrigatório é demonstrado a seguir:

	2023	2022
Lucro líquido	272.767	182.962
Reserva legal 5% no limite de 20% do capital social	(8.852)	-
(=) Base	263.915	182.962
(x) Percentual definido no estatuto social	25%	25%
(=) Dividendo mínimo obrigatório	65.979	45.741
(-) Juros sobre capital próprio	-	-
(=) Dividendo mínimo obrigatório	<u>65.979</u>	<u>45.741</u>

Em 24 de outubro de 2023, foi realizada a Ata de Assembleia Geral Extraordinária, sob registro na junta comercial de São Paulo (JUCESP), protocolo nº 428.911/23-7, que aprovou a distribuição de lucros intermediários pela Companhia, no valor de R\$ 27.240 milhões, devidamente apurados no exercício de 2022, que foram integralmente distribuídos à acionista EN Administração e Participações S.A.

Em 28 de dezembro de 2023, foi realizada a Ata de Assembleia Geral Extraordinária, sob registro na junta comercial de São Paulo (JUCESP), protocolo nº 0.039.049/24-3, que aprovou a distribuição de dividendos, provenientes da conta de Reserva de Lucros da Companhia, devidamente apurados no exercício de 2022, no montante de R\$ 150.000 milhões, que foram distribuídos, de maneira proporcional, aos acionistas EN Administração e Participações S.A e Édio Nogueira. O montante será pago aos acionistas até 31 de junho de 2024, observadas as condições econômicas/financeiras e a disponibilidade de caixa da Companhia.

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

20. Receita operacional líquida

A receita operacional é composta por vendas de produtos e serviços como segue a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional bruta				
Gasolina	2.553.618	2.817.612	2.553.618	2.817.612
Diesel	6.316.462	4.624.981	6.315.860	4.623.993
Etanol	310.621	269.897	310.621	269.897
Armazenagem	21.510	11.755	21.510	11.756
	<u>9.202.211</u>	<u>7.724.245</u>	<u>9.201.609</u>	<u>7.723.258</u>
Impostos sobre vendas	(56.620)	(56.376)	(56.888)	(56.880)
Devoluções	(20.398)	(17.617)	(20.398)	(17.617)
Receita operacional líquida	<u>9.125.193</u>	<u>7.650.251</u>	<u>9.124.322</u>	<u>7.648.762</u>

A volatilidade do preço do barril de petróleo nos anos de 2021 e 2022 foi o que mais impactou o crescente aumento do produto no mercado interno em relação aos anos anteriores. Esta variação dos preços, observada ao longo de 2021, e de 2022, ocorreu principalmente em função da política de Preços de Paridade de Importação (PPI), que internaliza as oscilações dos preços internacionais de petróleo. Com esse cenário, o resultado de 2022 apresentou melhores margens com maior valorização dos estoques. Em 2023, ainda com reflexos da guerra entre Rússia e Ucrânia e os embargos do produto russo na Europa, o Brasil se tornou o principal destino do diesel russo. Com a entrada desse novo mercado, houve um aumento nas vendas de diesel em 37%.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

21. Resultado por natureza

Reconciliação de despesas por natureza

O grupo de custos e despesas é demonstrado no resultado por função. A reconciliação do resultado por natureza/finalidade para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, está demonstrada conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Gasolina	(2.435.876)	(2.692.103)	(2.435.876)	(2.692.103)
Diesel	(5.910.440)	(4.390.568)	(5.910.507)	(4.390.552)
Etanol	(254.721)	(210.551)	(254.721)	(210.551)
Despesas com fretes	(135.362)	(76.317)	(135.362)	(76.317)
Credito de Descarbonização (CBIOS) (i)	(58.133)	(15.504)	(58.133)	(15.504)
Despesas com pessoal	(41.660)	(33.288)	(41.761)	(33.421)
Depreciação e amortização	(5.731)	(5.534)	(5.743)	(6.065)
Consultoria e assessoria	(2.430)	(1.493)	(2.430)	(1.493)
Serviços prestados	(2.232)	(1.193)	(2.232)	(1.193)
Despesas com aluguéis	(483)	(510)	(483)	(779)
Comissão sobre vendas	(5.553)	(4.383)	(5.553)	(4.383)
Despesas com vendas	(2.576)	(1.519)	(2.576)	(1.519)
Despesas com processos	(7.763)	(4.896)	(8.008)	(5.040)
Despesas com seguros	(847)	(732)	(1.035)	(732)
Licenciamento de software	(1.747)	(1.650)	(1.747)	(1.650)
Despesas administrativas	(13.584)	(10.681)	(12.356)	(8.232)
Outros	(31)	(8)	(31)	(8)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(5.488)	(272)	(5.488)	(272)
	(8.884.656)	(7.451.201)	(8.884.043)	(7.449.813)
Classificados como:				
Custos dos produtos vendidos	(8.788.807)	(7.381.192)	(8.787.633)	(7.378.710)
Despesas com vendas	(13.616)	(6.174)	(13.616)	(6.174)
Despesas administrativas e gerais	(82.233)	(63.836)	(82.794)	(64.929)
	(8.884.656)	(7.451.201)	(8.884.043)	(7.449.813)

- (i) A Companhia tem obrigações legais perante a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) de metas anuais de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa, no âmbito da Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio). As metas, para fins de rateio das obrigações do ano corrente, se baseiam no volume de combustíveis fósseis comercializados pelos distribuidores de combustíveis (*market-share*) do ano anterior e são estabelecidas em unidades de Crédito de Descarbonização (CBIOS), que são ativos negociáveis e adquiridos no mercado. O CBIO equivale a uma tonelada de carbono.

As metas estabelecidas vigoram até dezembro de cada ano e são publicadas no site da ANP. Para 2022, a Companhia possuía como meta uma redução equivalente à quantidade de 414.391 CBIOS. Para 2023 a meta é de 406.382.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

22. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Reversão (constituição) de provisão para demandas judiciais, líquidas	-	-	(213)	137
Provisão para perdas com adiantamentos	(15.419)	(8.023)	(15.419)	(8.023)
Resultado na venda de immobilizados	(188)	100	211	4.042
Sinistros e roubos de cargas	(204)	1	(204)	1
Outras receitas/despesas operacionais, líquidas	29.562	19.843	29.760	19.802
Crédito da exclusão do ICMS sobre a Base de cálculo do PIS e COFINS	-	31.055	-	31.055
	<u>13.751</u>	<u>42.976</u>	<u>14.135</u>	<u>47.014</u>

23. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras				
Juros sobre contas a receber	2.592	2.517	2.662	2.613
Rendimento sobre aplicações financeiras	1.124	491	1.124	491
Juros sobre contratos de usinas	-	-	-	-
crédito da exclusão do ICMS sobre a Base de cálculo do PIS e COFINS (Nota 7)	128.565	-	128.565	-
Outras	9.707	206	9.709	210
	<u>141.988</u>	<u>3.214</u>	<u>142.060</u>	<u>3.314</u>
Despesas financeiras				
Juros passivos	(28.924)	(42.183)	(28.929)	(42.183)
Juros provisionados e não pagos	(2.277)	(1.075)	(2.278)	(1.075)
Despesas com IOF	(25)	-	(25)	-
Outras despesas financeiras	(21.007)	396	(21.017)	386
	<u>(52.232)</u>	<u>(42.863)</u>	<u>(52.249)</u>	<u>(42.872)</u>
Variações monetárias				
Juros sobre REFIS	(3.268)	(15.259)	(3.379)	(15.269)
	<u>(3.268)</u>	<u>(15.259)</u>	<u>(3.379)</u>	<u>(15.269)</u>
	<u>86.487</u>	<u>(54.907)</u>	<u>86.432</u>	<u>(54.828)</u>

24. Compromissos assumidos

A Companhia possui contrato de aquisição de combustível com a Petrobrás, cuja vigência contratual é de 1º de setembro de 2022 a 30 de agosto de 2024. As condições contratuais que a Companhia já tinha com este fornecedor se mantiveram para o exercício de 2023, que consistem na obrigação de retirar mensalmente 90% do volume contratado; caso isso não ocorra, haverá uma multa de R\$ 70,00 (setenta reais) por metro cúbico não retirado.

A Companhia possui contratos de aquisição de etanol junto a usinas para assegurar o fornecimento do produto pelo prazo de um ano.

25. Seguros

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e sua controlada possuem cobertura de seguro contra incêndios, raios e explosões de qualquer natureza para todo o estoque de etanol e petróleo, e para determinadas edificações, equipamentos, instalações e máquinas, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. O montante de risco declarado das bases é de R\$ 315 milhões.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

A Companhia e sua controlada não estão prevendo ter quaisquer dificuldades para renovar suas apólices de seguro e acredita que a cobertura seja razoável em termos de valor e compatível com os padrões do setor no Brasil.

As premissas de riscos, dadas a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, conseqüentemente, não foram auditadas por nossos auditores.